



DEPOIMENTO

# PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA

*Em 2003, servidor aposentado da Câmara dos Deputados.  
Entre outras atividades na Casa, exerceu o cargo de secretário-geral da Mesa*

## ENTREVISTADORES:

Glória Varela, Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho, Casimiro Pedro da Silva Neto. A entrevista foi assistida e contou com a participação de outros servidores da Câmara, a quem o entrevistado se refere algumas vezes: Carlos Roberto Maranhão Coimbra e Ivanir Geraldo Vianna, além de Nelda Mendonça Raulino, à época diretora do Centro de Documentação e Informação, e Gracinda Assucena de Vasconcelos, à época diretora do Arquivo da Câmara dos Deputados.

## LOCAL:

Brasília

## DATA:

11/9/2003

## DURAÇÃO:

1 hora, 10 minutos

## TÓPICOS:

O funcionamento da Câmara no Rio de Janeiro, a partir de 1946; a cassação dos deputados comunistas; a transferência para Brasília; a infra-estrutura de Brasília e da Câmara no início dos anos 60; as reformas e acréscimos dos prédios da Casa; a vida na Câmara; os presidentes da Câmara; a disciplina partidária; o aumento do número de deputados; a atuação da Câmara durante a Ditadura; a Constituinte de 1988; a importância do Poder Legislativo.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Boa tarde, Dr. Paulo Afonso. Gostaria que o senhor dissesse seu nome, quando entrou para a Câmara e o processo de entrada.

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Meu nome é Paulo Affonso Martins de Oliveira. Entrei para a Câmara dos Deputados em março de 1946, no início da Assembléia Nacional Constituinte. Entrei como datilógrafo, sendo lotado na Taquigrafia. Isso fez com que praticamente me dedicasse ao trabalho legislativo. Jamais exerci qualquer função administrativa na Câmara. Inclusive havia órgãos que eu nem conhecia. O lugar que mais visitava era a Diretoria-Geral, principalmente quando era diretor o Luciano Brandão, que ocupou o cargo por muitos anos e entrou como engenheiro um pouco depois que eu.

Da Constituinte, fui trabalhar na Biblioteca da Câmara, no Palácio Tiradentes. Não sei se vocês conhecem, é um local muito bonito – a Gracinda deve conhecer bem –, com todos os vidros biseauté, importados da França. Da Biblioteca, fui trabalhar com Aurélio Viana, na Quarta-Secretaria da Mesa, e de lá fui trabalhar com o deputado Nestor Jost, segundo-vice-presidente da Câmara, com quem vim para Brasília. Nestor não gostava de Brasília. Então, ele me encarregou de fazer a mudança do gabinete para a nova capital, enquanto ele viajava para o exterior por mais de um mês. No seu regresso, o gabinete já estava todo montado, sem maiores problemas. Depois ele foi presidente do Banco do Brasil e eu fui presidente da Comissão do Distrito Federal. Na ocasião, o Congresso era responsável pela administração do Distrito Federal. Então, eu fui primeiro-secretário dessa comissão. Posteriormente, essa responsabilidade ficou com o Senado Federal. A Câmara deixou de legislar sobre o Distrito Federal. Depois fui chefiar o gabinete de Breno da Silveira, terceiro-secretário. Em razão disso, fiquei responsável por todo o patrimônio imobiliário da Câmara, isto é, apartamentos funcionais. Isso deu muito trabalho em virtude de inúmeras invasões e de os deputados não os ocuparem, preferindo hotéis. Não havia taxa de ocupação, não pagavam contas de energia. Levou tempo, mas aos poucos conseguimos recuperar todo esse patrimônio. Quando acabou o mandato do Breno na Secretaria, fui trabalhar na Mesa [Secretaria-Geral da Mesa], onde fiquei até ir para o Tribunal de Contas da União.

Comecei na Mesa trabalhando com meu antecessor, Paulo Watzel. Quando entrei na Câmara, no Palácio Tiradentes, durante a Constituinte, o secretário-geral era Otto Prazeres, um homem de grande tradição, um intelectual. Depois de Otto Prazeres vem Nestor Massena, ainda no Palácio Tiradentes, que chegou a ser senador por Minas. Na mudança, Nestor não quis vir para cá. Então, foi nomeado Paulo

Watzel, em 1960, quando foi secretário da Presidência até 1964, na sucessão do Mazzilli. Porque o Paulo se envolveu muito. Éramos muito amigos, e ele me disse que não continuaria na Secretaria da Presidência. Tendo um novo presidente, o Bilac Pinto, já em 1965, me convidou para a Secretaria-Geral. Eu fui secretário-geral até 1988, quando assumi minha função no Tribunal de Contas da União.

Foi muito rápido, não é?

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Mas agora vamos começar a destrinchar.

O senhor passou por inúmeros presidentes.

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Mais de dez.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – O senhor faria uma análise de cada período?

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Cada presidente tem a sua peculiaridade, cada homem é um homem, e posso dizer que não há um presidente igual ao outro. Não é, vamos dizer, um auto-elogio, mas não é o presidente quem tem de se adaptar ao estilo do secretário-geral da Presidência; é o secretário quem tem de se adaptar ao estilo do presidente. Sem que isso leve a qualquer capitis diminutio. Ou seja, o secretário da Presidência tem o dever de alertar o presidente naquilo em que ache que há algum engano, alguma citação errada de natureza constitucional ou regimental, e o presidente acata se quiser.

Posso citar como exemplo um episódio envolvendo o deputado Adauto Lúcio Cardoso, que tinha uma taquicardia paroxística. Essa taquicardia surgia de repente. E naquelas sessões muito tumultuadas subia sua pressão, sua batida cardíaca ficava violenta demais. Ele começava a pedir disciplina para o Plenário e, ao mesmo tempo, apertava a campainha de tumulto. Então, ao invés de acalmar o ambiente, ele agravava a situação. Um dia disse a ele: “Presidente, o que o senhor está fazendo está errado. Faça o seguinte: desligue os microfones e aperte a campainha de tumulto e não diga nada, porque o tumulto só cessa com um tumulto maior.” Na medida em que ele acionava a campainha de tumulto, não adiantava os deputados falarem porque não se entendia e nem a Taquigrafia registrava. Ele apertava a carótida para reduzir o fluxo sanguíneo. Ele me disse: “Você agora tem o dever de me alertar sobre tudo isso, inclusive sobre o momento que tenho que apertar a carótida.” Eu disse: “Não, presidente, não vou chegar a esse ponto.” “Não! Estou lhe determinando!” Então, eu alertava, numa fase inicial, e depois alertava sobre o problema de saúde dele.

Então, o secretário-geral, no decorrer do mandato de cada presidente... Cada presidente tem um estilo. O presidente Pereira Lopes, de São Paulo, por exemplo, era um homem muito tranqüilo, nunca se exaltava, deixava as coisas correrem. Os presidentes da Câmara aparecem no momento da crise. Quando a situação é tranqüila – sem nenhuma ofensa –, tudo corre bem, passa a ser um grande presidente. No momento em que o Plenário se agita, há aquela confusão de Plenário, entram questões de ordem, problemas de ordem regimental, aí o presidente se destaca, porque se ele se perde ali...

Tivemos o deputado Batista Ramos por muitos anos – os mais antigos, como a Gracinda e o Beto, lembram bem dele. O deputado Batista Ramos se exaltava e se perdia. Um outro que às vezes se perdia um pouco era José Bonifácio. Mário Covas, que era um grande orador, um grande articulador, levantava questões de ordem em termos de pergunta. Então, perguntava a José Bonifácio, que era o presidente, sobre tal assunto. O presidente José Bonifácio respondia. Mário Covas, em cima daquilo, respondia... e ia tumultuando. Um dia disse ao José Bonifácio: “A sua colocação não está certa. Quando Mário Covas fizer a pergunta, diga para ele perguntar tudo, que o senhor vai responder no final.” Ele passou a fazer assim e nunca mais houve tumulto.

Então, cada presidente tem o seu estilo, cada um tem sua forma de agir. E continua a mesma coisa, não se modificou.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Voltando ao início, em 1946, quando o senhor entrou na Câmara, era um período em que o Brasil estava recebendo dinheiro... Como isso aconteceu dentro da Câmara, com os parlamentares? E os funcionários, como viveram esse período?

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Quando cheguei na Câmara, em 1946, havia um grupo de funcionários antigos. Eu mesmo, na Taquígrafia, peguei aqueles velhos diretores, aqueles velhos taquígrafos, homens de muita competência que, com o fechamento do Congresso Nacional em 1937, foram aproveitados no gabinete do ministro da Justiça exatamente pela qualidade que ofereciam. Outros funcionários foram distribuídos por diversos setores da administração pública.

No Palácio Tiradentes ficou o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda)... Ninguém trabalhava no Palácio Tiradentes. Na época do DIP – cheguei a assistir isso – tiraram todos os livros da Biblioteca da Câmara, e um grupo levou uma parte para casa, livros até raros – a Gracinda está achando graça. Isso não significa que

esteja acontecendo hoje em dia não, não é? Então, levaram uma parte desses livros para casa. Outra coisa, pegaram aqueles volumes todos e jogaram num porão do Palácio Tiradentes.

Quando a Câmara reabriu em 1946, se restabeleceu tudo isso, e esses funcionários retornaram – uns já estavam aposentados –, mas era um grupo muito pequeno.

Em 1946, o ponto que assinávamos ficava no gabinete do diretor-geral, Adolfo Gigliotti. Quando os funcionários chegavam, não assinavam o ponto na seção. Passavam no gabinete do Gigliotti, o cumprimentavam – ele chegava cedo – e assinavam o ponto. Ele conhecia todo mundo pelo nome. O Gigliotti foi nomeado diretor em 1926, e diretor efetivo, titular. Quando viemos para Brasília é que houve a substituição.

Então, chegamos nós, os novos. Não era muita gente. Fomos recrutados e fomos trabalhar com esses velhos funcionários. No meu caso, fui trabalhar como datilógrafo na Taquigrafia, trabalhando com os taquígrafos.

Era um aprendizado muito útil. Eles faziam o apanhamento taquigráfico – chamava-se “quarto”, naquela época taquigrafavam dois minutos e eram substituídos –, chegavam lá em cima e ditavam para o datilógrafo. Se por acaso eu cometesse um erro, eles me corrigiam, me ensinavam. “Não, essa palavra se grafa assim...” Mas também aceitavam a sugestão do datilógrafo. Se o datilógrafo achasse que a palavra não era apropriada, ele corrigia. Foi um aprendizado muito grande para todos nós que chegamos naquele momento.

Havia uma tradição de os novos funcionários seguirem o exemplo dos antigos. Funcionário da Câmara se aposentava com setenta anos, ninguém saía antes. Então, era uma escola para aqueles que estavam iniciando.

No Palácio Tiradentes, na época... Eu trabalhava na Taquigrafia, e foi um trabalho muito estafante, porque estava fazendo faculdade e o trabalho da Constituinte... Primeiro foi a grande comissão, a famosa Comissão dos 37, que ficava até tarde. Depois, havia o plenário. Então, nós saíamos às duas, três, quatro horas da manhã, e eu tinha de ir para a faculdade. Foi um tour de force muito grande, mas superei, estou aqui, como muitos de meus colegas. A realidade era essa, e não podia ser diferente.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Aí, em 1955, veio Juscelino com a proposta de mudança para Brasília. Como isso repercutiu nos funcionários da Câmara?

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – O funcionalismo ficou dividido.

O que acontecia? Eles davam umas visitas; os funcionários vinham para cá em aviões de carreira. Passávamos o dia todo aqui, visitando residências; a pessoa escolhia.... Preferi, inicialmente, ir para a W3. Ainda tem essas casas na W3. Depois uma filha minha adoeceu e me mudei para a 208. Já foi com o sogro da Nelda, que me cedeu um apartamento na 208. Fui para a 208; era um apartamento bom.

Mas um grupo não quis, não aceitava vir para Brasília. Então, o Palácio Tiradentes ficou de posse da Câmara dos Deputados. Um pequeno grupo ficou no Palácio Tiradentes. Colocou-se como diretor-geral o Luciano, que na época era engenheiro da Câmara e ajudou a fazer a mudança. O Luciano ficou, inicialmente, no Palácio Tiradentes, depois veio para cá, e foi nomeado como diretor, uma espécie de diretor, o Sílvio Viana Freire, que hoje tem cem anos.

Se vocês puderem, devem ouvi-lo. Está lúcido, falei com ele, foi meu chefe. Falei com o Sílvio, ele está bem, embora quase cego, com a visão muito precária.

Outro grupo foi aproveitado pela Assembléia Legislativa. Ficaram lá taquígrafos... enfim, um grupo grande. Muitos ficaram lá, muita gente não veio. Do grupo que veio para cá, ninguém tentou retornar.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Voltando um pouco mais, esse período que vai de 1954, com o suicídio de Getúlio, até a transferência para Brasília foi tumultuado para a Câmara. Houve o suicídio de Getúlio Vargas; Café Filho, que assumiu e ficou doente; Carlos Luz, que era presidente da Câmara, assumiu a Presidência, foi deposto; houve a eleição de Juscelino; a comissão de preparação de transferência para Brasília, enfim, foi um período rico para a Câmara dos Deputados. Como o senhor viu, viveu esse período?

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Temos de fazer uma análise da Câmara. Eu digo o seguinte: quando o presidente da Câmara vai bem, quando preside bem, engrandece a Casa. Na medida em que o presidente vai mal, não há como segurar. Naquela época, os presidentes...

O presidente mais fraco que tivemos foi Samuel Duarte. Na época dele é que houve a cassação dos comunistas, um momento de grande agitação. O Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do Partido Comunista. Em consequência, foi apresentado um projeto de resolução na Câmara e outro no Senado cassando o mandato dos

deputados do Partido Comunista e do senador Prestes – havia um outro senador, mas tinha sido eleito por outro partido, por isso não foi atingido.

Os comunistas eram homens muito aguerridos, então tivemos momentos de grande agitação, e o Samuel Duarte... O princípio era levantar questões de ordem, e Samuel Duarte não respondia, dizia que não havia questão de ordem a ser decidida.

Nestor Massena soprava e ele desligava os microfones. Mas tivemos Nereu Ramos, Cirilo Júnior, Ranieri Mazzilli, que foram grandes presidentes, tinham muita autoridade. Então, esses momentos de agitação ocorrem.

E mais: a disciplina partidária era respeitada. Havia, relativamente, poucos partidos, e se seguia a Liderança. Era difícil um liderado discordar do seu líder. Por que isso hoje não se vê mais? Hoje, o líder é indicado na base de listas; deixam a lista na portaria e assinam indicando o líder. Naquela época, o líder era eleito pela bancada por voto secreto. Então, ele tinha muita autoridade. Nem tinha pedido voto nem sabia quem tinha votado nele, portanto, era respeitado. Hoje, o processo é mais complicado, há essas mudanças de partido, e a Câmara cresceu demais.

Pessoalmente, entendo que 513 é muito deputado. Quando entrei na Câmara, na Constituinte de 1946, acho que eram 284. A população também era menor, mas podia crescer um pouco mais. No Pacote de Abril, o presidente Ernesto Geisel estabeleceu um teto. A Câmara não poderia ter mais, se não me engano, de 409 deputados [o Pacote de Abril fixou em 420 o número máximo de deputados]. Talvez isso não seja o ideal, não sei bem, mas acho que 513 é muito, é muito difícil o controle. E mais: sem disciplina partidária, um deputado que se sente contrariado ameaça sair do partido... Não há como impor um rigor nisso.

Esses presidentes da época do Rio de Janeiro tinham muita experiência. Sempre digo que uma das coisas que mais me impressionou em 1946 foi a idade dos constituintes. Homens como Aluísio Alves, que se não me engano tinha 23 ou 24 anos, ou Vieira de Mello, que deveria ter uns 34 anos, eram muito raros. Os deputados eram pessoas com bastante idade. Isso ocorreu porque, após o período revolucionário, com o fechamento da Câmara em 1937, não se formaram novas lideranças. Então, aqueles que foram candidatos em 1946 vinham de antes de 1937, de legislaturas anteriores. Logo, eram homens experimentados na política, na vida congressual. Hoje, isso acabou. O processo, a evolução, é muito grande e muito veloz. Observamos que a renovação da Câmara era pequena. Tínhamos uma renovação na faixa de 40%. Hoje a renovação é altíssima.



A tradição da Câmara – a tradição em termos administrativos, legislativos – quem a mantém é, inegavelmente, seu funcionalismo. O deputado que chega aqui não sabe de nada e, de certa forma, não se interessa. Eles estão pensando em outras coisas. Se não houvesse essa continuidade do corpo funcional – porque uns passam para os outros, e vão orientando os parlamentares que chegam –, em termos administrativos, seria o caos.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – O senhor acha que o funcionalismo tem consciência da importância do seu papel?

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Hoje, não sei. Na minha época, tinha. Lembro-me bem quando eu estava como secretário-geral e havia algum problema em uma comissão... Hoje, eu creio que ainda é assim: a parte legislativa está subordinada ao secretário da presidência. Quando havia algum problema em uma comissão, questões de ordem, tumultos etc. e o secretário tinha dúvida, ele me chamava. Eu ia assistir a sessão, orientava, e os deputados aceitavam. É importante que os funcionários se capacitem sem tentarem ser políticos e sem tentarem influenciar com seus pontos de vista. Deve haver isenção.

Eu, por exemplo, nunca me filiei a nenhum partido político, porque entendia que o secretário-geral da Presidência não podia fazê-lo. Como, lidando com deputados de todos partidos, me filiaria a um partido político? Sempre entendi que os funcionários não deveriam se filiar. Aposenta, mas não deve se filiar, porque acaba perdendo a isenção. É necessário que o funcionário, principalmente da área legislativa, tenha total isenção para orientar e conduzir as questões a melhor termo.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Como foi o momento de sair do Rio, uma capital já formada, e chegar a Brasília, que estava começando, com uma série de dificuldades? A Câmara mesmo passou por uma série de dificuldades. A parte de arquitetura não era exatamente o que se esperava. Conte-nos um pouco sobre isso.

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Deixei minha família no Rio durante um ano. Meu quarto filho era recém-nascido e aqui não existia condições de dar assistência a ele. O Hospital Distrital era um barraco! Não existia. O senador Levino Coelho passou mal aqui e acabou morrendo. Foi o primeiro parlamentar a falecer em Brasília. Chegamos aqui sem nenhum tipo de estrutura. Até restaurantes, não havia. Tudo que se quisesse comprar, inclusive um alfinete, teria de ir à famosa Cidade Livre. Em Brasília, no Plano Piloto, não havia comércio. O dono da Pioneira da Borracha, o Eli, tinha uma loja na Cidade Livre para trocar



ou consertar pneus. Então, não existia nada! Nós tínhamos uma vida muito isolada. Vim para cá sozinho. Aqui estava um tio da minha mulher, que era senador, Joaquim Parente, com quem fui morar. Almoçávamos entre as quadras 207 e 205, onde havia um grande canteiro de obras e um restaurante do Ipase. As construções eram feitas pelos institutos. O Ipase construiu a 207 e 208, o IAPI construiu a 105 e 305. Como o Joaquim morava na quadra 208, nós almoçávamos e jantávamos num acampamento. Nesse acampamento, chegávamos – havia uma panela grande, todos os bifés ali. Misturavam-se parlamentares com funcionários, empregados de obra. E não havia iluminação pública. Havia grandes geradores. Quando foi feita a iluminação pública, deram muitos problemas esses geradores, porque todos os deputados e senadores queriam levá-los a seus municípios, porque eram possantes. Então, havia uma disputa em torno daqueles geradores.

Brasília não tinha iluminação à noite. Tinha um cinema precaríssimo, com coisas antigas. A vida era a Câmara. Quando chovia, vínhamos de botas por causa da lama, que tinha em tudo quanto era lugar. O Eixão não existia na época da mudança.

Foi, realmente, algo notável! Fico admirado de ver alguém hoje reclamar de Brasília. Porque não viu o que foi Brasília. Então, Brasília era isso. A vida era de casa para a Câmara.

Um episódio sobre a construção do prédio. No prédio principal, temos três andares, onde havia a antiga Sinopse – não sei se ainda está lá. O andar do meio era dos secretários e em cima era o corredor. Antigamente, só havia a parte de cima e a de baixo. Chegaram à conclusão que os secretários tinham de ter gabinetes. Então, Niemeyer rebaixou um, elevou o outro e colocou um no meio. Vejam a precariedade. E assim foi feito. Nós trabalhávamos com obras e tudo. Este Anexo não existia. O prédio ia até o início desse corredor que vai para a Biblioteca. Morria ali. Fez-se um corredor e o primeiro prédio foi a Biblioteca, um trabalho de José Bonifácio, que era primeiro-secretário, com a Lêda Laboriau. Depois se fizeram esses outros prédios. O Anexo IV foi feito por Flávio Marcílio, já é bem recente.

Eu ficava aqui em Brasília quinze dias. Eu trabalhava no gabinete do secretário. Depois pegava um avião e ia para o Rio. Naquela época, tínhamos abatimento de 50% nos vôos. Eu ia para o Rio, ficava mais ou menos doze a quinze dias e depois voltava. Grande parte dos parlamentares tinham famílias no Rio e não vinham para cá. Não havia avião para todos os estados. Por que até hoje existe essa passagem Brasília-Rio-estado de origem? Eles alegavam dois motivos relevantes:

primeiro, é que grande parte das repartições públicas estava no Rio. Pouquíssima coisa estava aqui, inclusive gabinete de ministro; em 2º lugar, eles não tinham avião direto para a capital. Então, eles tinham que ir ao Rio para fazer a conexão com a capital. Só que isso persiste até hoje. As repartições todas vieram para cá e há aviões para todas as capitais.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Em 1963 houve a Revolta dos Sargentos, e o presidente da Câmara foi detido, se não me falha a memória. Depois o Tancredo Neves veio justificar em plenário. Houve problema com algum funcionário nesse cerceamento de liberdade?

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Tivemos problema com um funcionário em 1964. Foi o caso do Aristeu, que já morreu, infelizmente. Era presidente do Comitê de Imprensa e era ligado ao Partido Comunista ou algo assim. Outro funcionário também, por ser ligado ao Partido Comunista, mas foi embora. Abruptamente, o Aristeu foi para o interior de Goiás, e o outro foi para o Rio, mas nunca aconteceu nada com eles, nunca foram cassados. Quando a situação acalmou, eles voltaram, e um deles apresentou atestado médico de um obstetra. No entanto, a Mesa aceitou porque o conhecia. Aceitou. Então, em termos de funcionários, não me lembro... O único caso que houve foi de um funcionário do Senado, Osvaldo Costa, dono do jornal Semanário – não sei se chegaram a conhecer –, que era de esquerda. Ele foi nomeado pelo Moura Andrade. A revolução, por ele ser funcionário, suspendeu seus direitos políticos. Em consequência disso, ele perdeu a função. O Moura Andrade reuniu a Mesa – ou não sei como ele fez –, antecipou sua aposentadoria antes da suspensão dos direitos políticos e ele se aposentou sem perder nada – porque ele estava muito apertado. O Osvaldo era uma grande pessoa.

Os funcionários raramente envolviam-se em problemas políticos.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Dr. Paulo Afonso, gostaria que o senhor destacasse as grandes votações e também as crises que esta Casa viveu ao longo de seus anos de trabalho.

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – A primeira crise foi na Constituinte. A UDN entendia que a Constituição que deveria vigorar era a de 1934, que foi a Constituição votada, e não a de 1937. Houve uma discussão acirrada entre a UDN, o PSB, o PTB, que era fraco, PR – o Arthur Bernardes era deputado na época. No entanto, prevaleceu a Constituição de 1937 até a promulgação da de 1946.

Quando viemos a Brasília, tivemos crises constantes. É difícil. Temos de analisar. Por exemplo, a crise de 1964, de Jânio Quadros, foi seguida pela crise de João Goulart, seguida do processo revolucionário, que é resultado de uma crise. E, de certa forma, não de maneira ostensiva, mas permanentemente em crise. De vez em quando um ato institucional cassava um deputado, decretava recesso no Congresso, criaram-se os Constituintes do Riacho Fundo, veio a crise da reforma do Judiciário etc. Essas crises devem ser examinadas porque, ao meu ver, têm sempre relação umas com as outras. Pode levar mais tempo, mas são seguidas. Houve a crise em decorrência do suicídio do Getúlio, no Rio. Naquele episódio do Major Vaz, criou-se a República do Galeão. O país, a partir desse momento, periodicamente teve crises. É uma conseqüência. Não sei se é a ambição das pessoas; não sei se o processo ideológico marcava muito essa situação; não sei se é a fraqueza dos homens públicos, o seu despreparo; em determinado momento, a indiferença aos problemas populares. Enfim, essas crises vêm-se sucedendo. Lembro-me bem da época do suicídio de Getúlio. Eu estava na Câmara. Houve uma agitação parlamentar imensa. No dia em que ele se suicidou, houve um entendimento entre os parlamentares de que só falariam os líderes. O corpo de Getúlio ainda estava no Rio. Affonso Arinos, na véspera, havia sugerido, dizendo que Getúlio levaria o país a um mar de sangue. O Affonso Arinos era o líder da UDN e foi obrigado a falar. E criou-se uma expectativa muito grande. Ele fez um discurso muito equilibrado. Falou também Gustavo Capanema, líder do PSD. E, de forma mais veemente, mais contundente – não me lembro do nome dele –, falou um deputado de Minas, responsabilizando a UDN pelo suicídio de Getúlio. Essas coisas foram sendo vencidas. Felizmente esses homens públicos chegaram a arrumar a situação. Quando chegou o processo de 64, houve uma inversão. Antes, o Congresso resolvia a crise no Executivo. Até, praticamente, a situação do Collor, o Congresso resolveu, impedindo-o. Com o processo revolucionário, isso se inverteu. Quem resolvia tudo passou a ser o Executivo, e o Congresso foi um mero espectador, sem capacidade de decisão. Se decidisse contra os interesses do Executivo, como foi o caso da reforma do Judiciário, decretava-se o recesso [abril de 1977]. No caso do Márcio, em que o Congresso negou licença para processá-lo, o Executivo fechou o Congresso [dezembro de 1968]. A história é mais longa e demorada.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – O senhor destacaria alguma grande votação, grande tema?

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Na Constituinte, houve algumas importantes: o voto do analfabeto, a idade de dezesseis anos. No passado, não me lembro de uma. Foram muitas. Teríamos de fazer uma pesquisa.

Houve uma votação importante na época do Jango, que foi a remessa de lucros para o exterior. O Senado emendou o projeto que veio para cá com votações muito difíceis. Como eu dizia agora há pouco, em geral, no processo de votação, os deputados seguiam muito as Lideranças. O que hoje se chama “baixo clero” nunca existiu na Câmara. Os deputados novos que aqui chegavam localizavam-se no final do plenário. Na medida em que iam renovando seus mandatos, iam-se aproximando até chegarem à primeira bancada. Agora criaram essa figura de “baixo clero”, que tem um sentido pejorativo, que eu acho muito negativo para a Casa e para o homem público em geral, porque dá a idéia de que o “baixo clero” é fisiológico e veio aqui para levar vantagem. Isso é muito ruim.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Na votação da Constituição de 1967, em dezembro e janeiro, o que o senhor achou da pressa? O Castello Branco mandou aquela mensagem convocando o Congresso para discutir a Constituição.

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Quando o presidente Castello Branco baixou – acho que foi um ato adicional – um ato convocando o Congresso no período de recesso exclusivamente para votar a emenda que ele havia encaminhado, que teria de ser aprovada até o dia 15 de janeiro, porque vinha o presidente Costa e Silva. S.Exa. estabelecia que, se a emenda não fosse votada até a data prevista, automaticamente o projeto estaria aprovado. O projeto tinha algumas coisas muito omissas, pelo menos. A garantia dos direitos individuais não existia. A competência do Congresso estava muito reduzida. As duas Casas foram destinadas a isso. Naquela época, a emenda recebeu aproximadamente mil emendas, e o presidente Castello Branco quis examinar emenda por emenda. Então, o Krieger, o Antonio Carlos Konder Reis e o Pedro Aleixo, que era o presidente da Comissão, passavam a noite inteira. Tirava uma, deixava outra e, no final, fez-se um entendimento para se aprovar.

No último dia da votação – eu trabalhava na Mesa, mas não era o secretário, acho que à época era o Isaac Brown, secretário do Senado –, próximo à meia-noite, a matéria ainda não tinha sido votada. Na ocasião, o plenário tinha três relógios: um em frente à mesa e dois laterais, embaixo das tribunas. O Moura Andrade, com quem eu me dava, me chamou e disse: “Olha, você manda desligar os relógios.” Levei um susto. “Manda desligar, porque nós temos que votar isso.” Liguei ao Luciano e ele desligou os relógios. Aí, houve protestos, os deputados mostravam seus relógios de pulso. Moura Andrade, homem obstinado, muito inteligente e bem articulado, quando terminou toda a votação, me chamou e disse: “Olha, Paulo, você pode ligar

os relógios.” Eu disse: “O senhor já calculou? Esses relógios darem um pulo de duas horas? Acho melhor deixar isso para amanhã de manhã.” Ele disse: “Você tem razão.” E encerrou a sessão.

Tinha de ser feito dessa maneira, porque era preferível promulgar a emenda que o Congresso votou, alterando profundamente o trabalho do Castello Branco, do que deixar aprovar aquilo que ele tinha mandado. Foi espírito público aí, foi correta a decisão do Moura Andrade – dentro da realidade da época. Faz parte.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Em 1968, logo que foi encerrada a votação, o senhor sabe me dizer se Márcio Moreira Alves se ausentou do plenário em seguida? Dizem alguns funcionários...

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Antes, quando começou a votação, ele saiu e foi para o apartamento de um deputado. Depois, foi embora e não ficou aqui. Creio que foi para São Paulo, na casa do Gregório, e então para o exterior.

No episódio do Márcio – coitado –, quem presidia a sessão quando ele fez aquele discurso era o La Rocque. Não sei se tiveram oportunidade de conhecer La Rocque, que era pessoa boníssima, capaz de fazer qualquer coisa. O Márcio fez aquele discurso no pinga-fogo, ninguém tomou conhecimento. Depois de algum tempo, o regime pinçou aquilo e aproveitou para dar o golpe de 1964.

O presidente, que era o José Bonifácio, me chamou. Eu fui a ele e disse: “Pode ser uma sessão muito tumultuada. Então, temos que fazer uma disciplina. Em primeiro lugar, devemos limitar o número de oradores; falam o líder da maioria, o líder da Oposição e o Márcio. Em segundo lugar, vamos ver quais as questões de ordem podem ser levantadas, e o senhor já fica preparado para responder.” Então, consegui me lembrar de três e disse a ele. Então, ele chamou Mário Covas, Geraldo Freire e o Márcio. Isso ficou certo.

O presidente abriu a sessão. Quando passou à votação, o Martins Rodrigues levantou duas questões de ordem, uma das quais eu tinha imaginado antes; a outra, porém, não a tinha imaginado, mas não era das mais difíceis e José Bonifácio a respondeu. Passou-se à votação do projeto do Márcio, e a sessão foi tranqüila, não foi das piores, correndo tudo dentro de uma rotina relativamente fácil. Agora, praticamente já se sabia o voto de cada um, apesar de o voto ser secreto. Porque eles comentavam, não é? Então, eu já sabia. Faz-me lembrar um episódio que um deputado de São Paulo, Broca Filho, já falecido, contou-me: ele foi ao senador Krieger,

que era o líder do governo no Senado, e perguntou como ele deveria votar. Ele disse: “Broca, esse é problema da Câmara, e o Senado não tem nada com isso, mas se eu fosse deputado, votaria contra a licença”. Aí o Broca votou contra a licença. Não foi cassado porque tinha um amigo aí, se não... estaria cassado.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Em certa época foi feita reforma do Regimento Interno da qual o senhor participou. Queria que nos dissesse porque foi feita essa modificação e como foi sua participação.

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Foi antes do Ulysses. Não me lembro de detalhes, porque o Regimento é muito complexo. Mas se tratou de disciplinar, não digo impedir, mas dificultar obstrução. O Regimento, no Palácio Tiradentes, vinha de 1934 e, portanto, era um Regimento muito liberal. À medida que a situação foi se modificando, o Regimento foi sendo mais disciplinado, mais orgânico. Não me lembro dos detalhes, do que se fez nessa reforma. Foi um relator, vice-presidente, deputado Braga, da Bahia. E acertaram os detalhes. Na reforma do Regimento, a pessoa tem de observar que ela deve ser feita com muito cuidado. Cito, como exemplo, proposta de Oswaldo Lima Filho, deputado de Pernambuco, vice-presidente – já falecido. Naquela época, o PSD com o PTB, o PSP, dominavam totalmente a Câmara. Então, ele resolveu fazer uma reforma de um artigo do Regimento, dizendo que “ocorrendo verificação de votação, dentro de uma hora não se poderia mais fazer nova verificação”. Disse-lhe: “Oswaldo, não faça isso. Hoje vocês estão no comando, amanhã, poderão ser oposição.” Ele me disse: “Não! Não! Vamos até o final!” Fez isso. Até hoje esse dispositivo está aí. Ninguém mais conseguiu reformá-lo.

Então, a reforma do Regimento não pode ser casuística. Fazer uma reforma do Regimento casuística? É muito ruim!

Lembro também um caso do deputado Aducto Lúcio Cardoso, quando a obstrução era muito intensa. Ele deu uma decisão na Mesa, dizendo que a verificação de presença de deputados seria feita pela lista da portaria. Disse-lhe: “Presidente, isso não vai dar certo. Vai haver protestos. Nós vamos ter grandes tumultos.” Respondeu-me que tinha de ser daquele modo. E assim foi. Na primeira obstrução, ele: “Vale a lista da portaria. Então, tem número.” E passou à votação. O tumulto foi enorme. Ele só aplicou uma vez. Não aplicou mais.

Então, não pode! As coisas têm de ter alcance bem maior. Porque eles passam. Não adianta pensar que esses parlamentares ficam aqui eternamente; que o presidente



permanece sempre o mesmo. Isso muda. A corrente política muda. É preciso equilíbrio e bom senso.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Ivanir Geraldo Vianna) – Queria levantar uma preliminar incidente sobre seu discurso, sobre sua narrativa. Lembro do querido Russomanno, que afirmou – sou apaixonado por educação, inclusive tive a felicidade de participar da fundação da TVE no Rio e não morei no Flamengo porque, como se diz, era do baixo clero –, em seu discurso como paraninfo, que o mundo caminharia em função da impetuosidade do jovem em direção aos mais velhos. Nessa sua trajetória vivencial e cultural que estamos aprendendo aqui, a minha preliminar incidente é isso. Essa nossa juventude que não teve esse privilégio de absorver tudo isso que nós aprendemos aqui. Como o senhor acha que nós iremos conduzir, através de exemplos desses homens públicos, para tornar consciente essa nossa juventude tão carente nesse momento em que realmente estamos mais lamentando do que criticando?

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Pelo menos na época em que estudei... Eu estudei no Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro. Então, fiz todo o meu curso lá, quatro anos. Naquela época, eram quatro anos de Ginásio e três anos de Colegial. Depois fui fazer a Faculdade Nacional de Direito na Rua Moncorvo Filho. Naquela época havia uma preocupação muito grande de um conhecimento humanístico, em que se estudavam as coisas dos países etc. Hoje em dia, eu acho que a educação está muito voltada para uma parte mais técnica. O mundo está muito técnico. Estão esquecendo dessa análise de natureza cultural. Ninguém mais se preocupa em aproveitar e ter uma cultura maior. Eu tive o San Tiago Dantas como professor de Direito Civil. Era um homem de uma cultura imensa; pode-se dizer que era uma coisa excepcional. Mas todos nós na faculdade e no Colégio D. Pedro II... Eu sempre estudei em escola pública. O curso Primário naquela época era em cinco anos. Quando a gente saía do Primário já sabia fazer as quatro operações, já escrevia, já lia, já redigia, porque havia essa preocupação cultural. Hoje não há. Então, quando se conversa com uma pessoa mais jovem... Eu vejo, inclusive, pelos meus filhos. Eu exijo muito deles. Mas as pessoas mais jovens não têm nível cultural, infelizmente. E é o país que perde esse nível cultural. Hoje a pessoa escolhe a profissão para ver a que dá mais, qual é o salário maior. Isso é muito ruim. Tem de mudar todo esse sistema. Eu acho que deve mudar.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Dr. Paulo Affonso, o senhor sempre foi um homem influente aqui na Câmara. O senhor já ajudou a mudar alguma lei?



**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Não. Eu digo o seguinte: eu nunca fui influente. Eu, na Câmara, fui um mero funcionário. Digo isso sem nenhuma jactância. Eu fui funcionário. Aparecia mais; por quê? Pelo cargo que eu exercia. Pelo cargo que eu exercia, que procurava exercer bem, com dignidade e com independência. O meu pensamento, para um presidente ou para um deputado, eu nunca escondi. E quanto a mudar a lei, pode-se dizer o seguinte: eu posso ter dado sugestões. Por exemplo, um deputado me procurava, eu via uma lei que devia... Eu me lembro bem de um fato que se passou aqui. O Código Penal proibia que se fizesse qualquer propaganda de produto controlador de natalidade, o que era um absurdo. Então, conversando com um deputado, ele apresentou um projeto revogando esse dispositivo e acabou revogado. Então, às vezes um deputado chegava com um projeto de lei, mostrava-me e dizia: “Não! É melhor fazer assim.” Eu dizia: “Não apresente isso, porque já tem. Não apresente isso porque vai ser uma bobagem, vai ser objeto de crítica.” Mas não tive influência para mudar a legislação. É um exagero, me perdoe.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Esse nosso projeto é em função dos 180 anos do Legislativo e a história dos servidores. Peço uma breve análise do senhor, defeitos e virtudes do Poder Legislativo.

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Eu acho que o Poder Legislativo tem muito mais méritos do que defeitos. É bom lembrar o que João Mangabeira, numa conferência na Fundação Getúlio Vargas, falou sobre o Poder Legislativo. Ele era um homem culto e foi um grande parlamentar – eu tive a felicidade de conhecê-lo – e dizia: “Sem Poder Legislativo não existe nada.” Não existe! No sentido de liberdade, de democracia, de independência. O Poder Legislativo, em determinados momentos, pode perder um pouco do crédito popular, mas logo adquire, porque ele é fundamental a qualquer país. E, portanto, eu creio que o nosso só tem méritos. Pode, em determinadas circunstâncias, em determinado tipo de votação ser objeto de uma crítica, o que não deviam fazer. Mas depois recupera. É fundamental que a Casa fique preservada.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – O Poder Legislativo pôde influir para, de uma certa forma, colocar fim ao regime de exceção de 1964, coisa que não pôde fazer em 1946/47 com o Estado Novo.

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – No Estado Novo temos de ver o problema da guerra, que influenciou muito a abertura do regime democrático. O dia em que se fizer a história – e a Nelda é a diretora do Serviço – sobre o

funcionamento da Câmara, particularmente no regime militar, e os discursos que aqui foram proferidos naquela época, a pessoa vai ver que o Congresso não capitulou. Há muitos discursos contundentes. Essa gente não cruzou os braços. Eu me lembro que as pessoas usavam às vezes expressões mais grosseiras. O meu amigo Lysâneas dizia: “O general de plantão que está na Presidência da República...” Então, nós suprimíamos isso, porque eu tinha uma delegação do presidente para fazer não uma censura, mas um ordenamento, uma disciplina de linguagem. Por quê? Porque a Constituição dizia que qualquer discurso de crítica às Forças Armadas não podia ser publicado. Nós nunca deixamos de publicar um discurso. Cortávamos a frase mais grosseira, mas gravava no disco. O que estava no disco ficou. Nós nunca mexemos no disco. Quer dizer, se esses discos estiverem aí, a pessoa terá acesso a eles.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Gracinda Assucena de Vasconcellos) – Eu gostaria também de fazer uma pergunta. Este ano também estamos comemorando os quinze anos da Constituição Cidadã – foram os últimos anos da sua atividade aqui na Câmara junto ao presidente Ulysses Guimarães, 1987/88. Eu gostaria muito que ficasse também um registro desse seu convívio com esse grande brasileiro que foi Ulysses Guimarães e do seu entusiasmo por essa Constituição, que depois de quinze anos sofre muitas críticas. Então eu gostaria que ficasse um pouco desse relato com relação ao trabalho com o presidente Ulysses na Constituinte.

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Eu fui um grande amigo do Dr. Ulysses. Eleito presidente da Câmara, ele me manteve no cargo. Quando estava prevista a instalação da Constituinte, eu tinha me operado. Então, ele foi na minha casa e disse o seguinte: “Olha, Paulo, eu devo me eleger presidente da Constituinte. Você vai ser o secretário-geral”. Funcionavam as duas Casas. Então, era secretário da Câmara e da Constituinte.

Tivemos um convívio muito intenso. Dr. Ulysses não era de detalhes, não gostava de assuntos administrativos. E não tinha hora para coisa alguma. Ele me telefonava às vezes à noite para ir à casa dele. Ainda bem que era perto da minha. Então, nós íamos para casa e acertávamos. Ele reunia as lideranças sobre um determinado assunto. Aí, terminava às três ou quatro horas da manhã. Ele olhava... ele não puxava o relógio assim, ele afastava a camisa e durante toda aquela discussão não dava uma palavra. Aí ele dizia: “Meus amigos – ele usava muito esta expressão –, está muito tarde. Vamos interromper e amanhã conversamos.” Os deputados saíam e eu ficava em último lugar. Quando eu ia saindo, ele dizia: “Bom, amanhã de manhã, às 9h, você volta para analisarmos essa conversa de hoje.”

Então, nós decantávamos o que se propunha. Ele, inegavelmente, era um homem de grande espírito público. Ele tinha um dom. O MDB era um partido de contrastes, e o Dr. Ulysses, quando presidente desse partido, sempre conseguia reunir tudo isso em torno dele. Por quê? Porque ele tinha o dom da maioria. O Dr. Ulysses não ficava contra a maioria. Quando o Centrão foi criado – cujo discurso inicial foi apresentado pelo pai do Beto, o ex-deputado Daso Coimbra – e vieram todas aquelas assinaturas, trezentas e tantas assinaturas, ele virou-se na Mesa e me disse: “Paulo, e agora?” E eu disse: “Bom, eu acho que isso tem de ser examinado.” Ele disse: “Você acha que eu vou ficar contra 300 constituintes? Vamos dar um jeito!” Ele era um homem que tinha sensibilidade.

Há um outro episódio, que hoje está na Constituição, que diz que a propaganda só pode ser institucional. Aí, o Quércia, que era governador, ligou para ele pedindo que não fosse institucional, porque ele queria fazer a propaganda dele. O Dr. Ulysses chamou cada líder isoladamente, que disseram não concordar. O Dr. Ulysses disse: “Manda ligar para o Quércia.” E disse ao Quércia: “Olha, não vai ser possível aprovar.” E por que ele fez isso? Porque ele era um homem da maioria e, como homem da maioria, conseguia conduzir isso. Ele não ficava com uma pequena facção, ele não se expunha. O Dr. Ulysses nunca se expôs. Ele tinha muito espírito público.

Uma vez, num jantar em que estava o ex-presidente Fernando Henrique, o ex-senador José Serra criticou essa história de Constituição Cidadã – criticando indiretamente o Dr. Ulysses. Eu o interrompi, dizendo-lhe: “Não, você não tem razão”. O Dr. Ulysses me dizia, logo no início da Constituinte, que o primeiro capítulo da Constituição deveria ser dos direitos humanos, porque as Constituições anteriores jogavam esse capítulo para o final. O Dr. Ulysses dizia que tinha de ser a Constituição Cidadã, porque o cidadão está em primeiro lugar. E ele fez isso. Hoje, criticam, até com termos pejorativos, a Constituição Cidadã. Mas ele tinha esse objetivo, e atingiu esse objetivo. Atingiu.

O Dr. Ulysses morreu. Não se deseja a morte de ninguém, mas acho que ele morreu numa situação dramática mas gloriosa, porque ele já estava num processo de declínio político. Ele, na última eleição, conseguiu ser eleito com muita dificuldade e já tinha perdido a presidência do partido. Ele, aí, pegou a bandeira do parlamentarismo, quando sempre fora contra ao parlamentarismo. Na Constituinte, o parlamentarismo não passou por causa dele.

O processo político normal é esse. Um homem que vive longos anos na política, num determinado momento entra em processo de declínio. Aí tem de saber sair. E

o Dr. Ulysses não estava sabendo sair. Então, acabava saindo derrotado, numa situação, a meu ver, meio humilhante. Mas merece nossos maiores elogios.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Gostaríamos de agradecer a sua presença e participação em nosso projeto. Muito obrigada.

**O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA** – Estou às ordens.